



“COMPREENDER” COMO MODO DE AÇÃO: O CONHECIMENTO DAS REGRAS E A PRÉ-COMPREENSÃO

Tatiane Boechat

Doutoranda pela UFSCar (bolsista/CAPES)
São Carlos – SP - Brasil
tatiboechat@hotmail.com

Resumo: Procuramos mostrar nesse artigo a importância do conceito de compreensão nas *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein, não só ao ressaltar seu atravessamento, ora explícito, ora implícito, ao longo da obra, mas apontando sua função de abertura para a significação, para o nascimento do sentido. Para alcançarmos esse intuito falaremos de dois níveis da compreensão: o conhecimento das regras e a pré-compreensão. A natureza do *Verstehen*, como modo de ação, através da plasticidade característica da pré-compreensão, nos permitirá ver o indício da falta de fundamento das nossas ações.

Palavras-chave: Compreensão. Significação. Regras.

“UNDERSTANDING” AS A MODE OF ACTION: KNOWLEDGE OF RULES AND PRE-UNDERSTANDING

Abstract: We try to show in this article the importance of the concept of understanding in Wittgenstein's *Philosophical Investigations*, not only to emphasize its crossing, sometimes explicit, sometimes implicit, throughout the work, but pointing out its function an opening to significance, to the birth of meaning. To achieve this aim we will speak of two levels of understanding: knowledge of rules and pre-understanding. The nature of *Verstehen* as a mode of action, through the plasticity characteristic of pre-understanding, will allow us to see the evidence of the lack of foundation of our actions.

Keywords: Understanding. Meaning. Rules.

* * *

Introdução

Nas *Investigações Filosóficas*, a noção de significação deve ser pensada com referência à noção de compreensão.¹ Segundo Wittgenstein, a compreensão e a

¹ WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations/Philosophy of Psychology*. Trad. G.E.M. Anscombe, P.M.S. Hacker, Joachim Schulte. Ed. bilíngue. Oxford: Basil Blackwell, 2009. Posteriormente, nos referimos a esta obra pela sigla PU.

significação são “inseparáveis do funcionamento da linguagem, sendo os únicos a fazê-la funcionar” (WITTGENSTEIN, 2008, p.3). No uso da palavra podemos dizer que o compreender e a significação se mesclam de modo, simplesmente, indissociável. Já no início das *Investigações* vemos que o ensino das palavras se desenvolve de tal forma que é possível explicar o uso de uma expressão caso o papel que a palavra desempenhe na linguagem já esteja claro. Isto significa que a função da palavra na linguagem pode ser vista caso ela esteja inserida em uma *práxis* previamente compartilhada. É nesse momento que nos encontramos com a noção de compreensão (*Verstehen*).

Segundo Wittgenstein, às palavras “estar claro”, “saber” e “compreender”, estão relacionados variados problemas.² Inicialmente, apresentaremos dois modos nos quais o conceito de compreensão pode ser interpretado para que visualizemos o caráter ambivalente da relação significação e compreensão.³ A primeira ressalta o significar como um “ato” praticado em circunstâncias específicas por um sujeito, o conceito de significação mostra aqui seu lado “subjetivo” e “ativo”. Por exemplo, quando dizemos, “Mas qual é a significação desta conversa?”, “O que se quer dizer ou se tem em mente com esse assunto?”⁴ Os elementos linguístico-gramaticais da frase estão totalmente expostos para o ouvinte (o sentido lexical das expressões), bastaria compreendê-los, no entanto, não se consegue apreender o que o falante diz, isto é, o que ele pretende significar (*meinen*) com tais elementos. Já a segunda maneira ocorre em combinações do tipo “Qual é o significado de weiß?” ou “O que significa grün?” e a resposta é direta: “Em alemão a palavra ‘weiß’ significa ‘branco’”; portanto, não há aqui nenhuma intenção de significar por parte do falante. Nessa perspectiva seria absurdo exigir uma resposta como as do segundo tipo para as perguntas do primeiro. E, também o compreender pode ser visto sob esses dois aspectos. No primeiro caso, a aprendizagem não ocorre por meio de significações previamente dadas porque ela é autônoma, isto é, pertence a um sujeito e a essas informações não temos acesso, no entanto, o contato com o sentido, nesse caso, só pode ser concebida como inserção em um *conjunto* articulado de significações. Apreende-se o sentido porque ele já *domina* uma base de significações previamente dada, na qual as circunstâncias informam.

1. O saber operacional

Dominar uma base de significações previamente dada pertence a um *können*, isto é, pertence a uma “capacidade” prática e não intelectual ou reflexionante. No uso que fazemos da palavra “saber” (*wissen*) ou estar claro (*klar sein*), o entendimento ou a compreensão aparecem como um poder-fazer (*können*), antes mesmo de um saber-fazer. Podemos pensar nos termos compreensão e significação, fundamentalmente, como momentos complementares que apenas formalmente podem ser distinguidos, contudo, ressaltar essa complementação implica apontar para uma anterioridade do *können* em relação ao *wissen*, mas uma anterioridade que se articula num mesmo âmbito, isto é, na linguagem. Elas passariam ao longo uma da outra sem distinções do tipo teórico ou prático, ou mesmo, linguístico ou pré-linguístico. A compreensão enquanto um saber temático se funda sobre a compreensão enquanto poder, isto é, enquanto um domínio

² Cf. §§30, 151, 182.

³ Seguimos a distinção esboçada por Balthazar Barbosa Filho. FILHO, B. B. Tese de doutoramento, p.45.

⁴ Cf. PU §§22, 81, 125, 188, 190, passim. Wittgenstein costuma usar o verbo *Meinen* de modo substantivado (*das Meinen*) o que dá margem a alguns problemas de tradução.

prático. Dessa forma, saber, ser-capaz e poder não são expressões completamente distintas. A pergunta pelo sentido deve ser feita, portanto, como correlato da compreensão, na perspectiva de que não bastaria perguntar pelo “O que é o sentido?” (a significação considerada à maneira referencialista e essencialista), mas sim, desde uma questão pragmático-descritiva, “O que significa compreender o sentido?”, o que excluiria a procura por um *Etwas* correspondente. Assim sendo, falamos, aqui, do mesmo campo fenomênico e não de duas dimensões diferentes de abordagem; onde o campo é que pode ser interrogado de diversos pontos de vista. Também nessa perspectiva, é que a aprendizagem ostensiva das palavras remete-nos a uma rede conceitual que fornece algumas pistas ou mesmo revela as condições das conexões conceituais. Apesar de não tratarmos desta questão aqui, é esta preparação inicial da obra que conduz para a explicitação de algumas condições necessárias, de natureza transcendental e, se quisermos, “gramatical”, de aquisição do conceito, além de mostrar que o sentido ou significado é, num primeiro momento, independente dos signos e do enunciado.

Nessa direção, fica claro que Wittgenstein não pretende propor nenhuma teoria científica, de cunho empirista, behaviorista ou mentalista sobre as condições de aquisição do conceito. O seu interesse está em combater o entendimento da compreensão como um processo interno que subjaz a toda atividade, e vai em direção a poder distingui-la da estrutura que a veicula, como se ao explicar sua estrutura (a causa) explicássemos o que ela provoca em nós, ou para apreender a compreensão do sentido de algo bastasse simplesmente poder explicar o evento. Tal procedimento investigativo, no entanto, tem como base determinar o sentido lançando mão de algo que lhe é exterior e que precisa admitir uma série causal reveladora. Sabemos que desde o período do *Tractatus*, Wittgenstein mantém o mesmo pensamento sobre a irrelevância em se considerar processos e imagens mentais na procura pelo significado ou compreensão das sentenças. A relação entre os constituintes mentais do pensamento com os objetos da situação descrita, isto é, de modo geral, os fatos psíquicos e seus constituintes mentais e a correspondência aos nomes do signo proposicional, seria uma questão a ser investigada pela psicologia⁵. A ideia de que a compreensão seja constituída por um processo de natureza física ou mental, do qual fluem regras comportamentais, por exemplo, de ter de corresponder ao que acontece na mente do falante para entendê-lo, regras que estariam ocultas por trás da exterioridade do discurso, é totalmente rejeitada pelo autor.⁶

Detemo-nos por um instante nessa questão. Quando alguém diz, a respeito de um ensinamento, “Agora eu sei”, admite-se, em algumas interpretações, que o conhecimento surja de inferências indutivas de atos passados (PU§§143-47) ou mesmo de um sentimento de extrema euforia (PU§§148-50). Nos dois casos, a compreensão aparece como um estado interno ou um processo que pode ser conhecido *ad intra*. Como um estado da alma, a compreensão é inconstante, indo e vindo ao seu bel prazer sem poder ser recuperada em um determinado momento, enquanto sua duração pode ser interrompida por uma distração ou desatenção, podendo ser retomada sequencialmente ou, então, finalizada pelo sono ou pela

⁵ Cf. TLP 4.1121. WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. Luis Henrique L dos Santos. São Paulo: Edusp, 2008. Quando necessário, nos referimos a esta obra pela sigla TLP.

⁶ A questão aqui não é negar que a compreensão possa aparecer junto com um desses modos mentais ou fisiológicos característicos, mas que não são eles que a constituem. O que se tem na mente quando compreendemos algo não tem importância, ao invés disso, é preciso entender que o que se tem em mente se dá em função da aplicação do que é critério para a compreensão. Cf. PU §§143-47.

perda da consciência, por exemplo. A questão é que, nesse caso, a compreensão é algo tal que tem uma duração, um começo, um fim. Porém, o saber-fazer, o compreender, como preconizamos neste texto, não tem uma essência com limite nítido; a compreensão de uma expressão não está no verbalizar ou afigurar algo, ela é categorialmente diferente de um estado mental, ao contrário, ela se dá quando alguém é “capaz” de fazer certos empregos de um conceito ou de uma figura com ampla liberdade.⁷ A pura e simples presença de um aparato desse tipo, capaz de cumprir a tarefa de explicar a manifestação de um conhecimento (nesse caso, o modo como usamos ou aplicamos as palavras), é um critério que, por natureza, independe da *práxis*, das circunstâncias do comportar-se.⁸ Todo critério ou padrão a ser seguido, seja ele interno ou externo, de modo algum determina a compreensão de uma expressão, pelo contrário, supõe-na. Por exemplo, B procura entender a série de números anotada por A e descobre uma fórmula que aplicada à sequência de numerais torna possível a B continuá-la. B diz: “Agora eu sei!”, “Agora eu posso continuar!”. Ter adquirido a fórmula comum que perpassa a sequência permite a B dizer que “sabe e pode” continuar a série. Contudo, para Wittgenstein, compreender o sistema da série ou, melhor, adquirir algo comum que perpasse o sistema sequencial, não quer dizer que B a compreendeu. É possível admitir que para B ocorra o que é comum à sequência, mas mesmo assim é possível admitir também que ele não a tenha compreendido.⁹ Compreender algo ou compreender uma proposição não deve ser um “estado” do qual emerge o emprego correto, como se quem a proferisse ou a compreendesse operasse um cálculo segundo algumas regras ocultas por detrás das práticas linguísticas. Quando expressa sua compreensão dizendo “Agora sei!”, haveria por detrás dessa afirmação, segundo Wittgenstein, um conteúdo muito mais abrangente do que o acesso a um caráter comum – falaremos dele em seguida.¹⁰ No entanto, esse “atrás” não é nada tal como “a descrição do processo que existe atrás ou ao lado do processo de articulação da fórmula” (*ibid.* §154). Fica excluído do pensamento da compreensão, portanto, a busca pela essência dessa orientação ou derivação, como se pudéssemos encontrar e seguir um nexos causal ou sentir a experiência de orientação na intimação requerida pela regra. Como procura mostrar o filósofo nos parágrafos que trata da “habilidade” de ler, não importa quais experiências acompanham a leitura, elas não são condições necessárias, nem suficientes e nem mesmo são um critério para guiarem a ação de ler.¹¹ O que, para alguns, parece estar por trás da vivência (o entendimento da estrutura ou do sistema usado – ver §§143, 185-86-87-88), o que justificaria afirmar a compreensão de algo, para Wittgenstein, são as próprias circunstâncias (*Umstände*) nas quais alguém tem a experiência (*Erlebnis*). “Sei o que uma palavra significa *em certos contextos*” (WITTGENSTEIN, 2008, p.9).

Saber usar alguma coisa ou palavra não significa que se consegue copiar o que a outra pessoa faz, tal como pode parecer no aprendizado ostensivo das palavras. O treino (*Abrihtung*), desencadeado pelo ensino ostensivo, impede esse reflexo. Assim, não pensemos no “compreender” como no caso de ensinar um cão a responder a certas ações ou ordens de comando dado por seu treinador – um caso típico de estímulo-resposta que agrada bastante aos “behavioristas”, mas não a

⁷ A discussão privilegia a *Bild* do “interior” em relação a do “exterior” porque, seria esta, segundo Wittgenstein, a de aspecto mais tentador, a que abraçamos mais facilmente.

⁸ Cf. PU §155.

⁹ Cf. PU §152.

¹⁰ Cf. PU§152.

¹¹ Cf. PU §§156 e passim.

Wittgenstein. O uso do termo “treinamento”, no ensino ostensivo das palavras, se aproximaria mais do modo de aquisição de um “hábito” no seguinte sentido: para o cão não o atravessa o sentido do que significa “fazer a mesma coisa em ocasiões semelhantes”, já para o homem o que ocorre é exatamente isto, ele precisa compreender essas ocasiões ou circunstâncias para que possa dizer que adotou uma regra ou um modo de uso. O cão responde de uma determinada maneira, o homem se pauta por certo “saber” na base do que lhe foi ensinado. Ele compreende o significado da expressão porque, “em outro sentido” já compreende a linguagem ou as circunstâncias na qual as regras para seu uso são expressas. Assim, a apreensão da significação de uma palavra requer que se “domine um jogo”, que se *saiba* usar as expressões ou que se esteja hábil a empregá-las. Esse é o papel do *Verstehen*, saber usar, “dominar” uma *práxis*, ser amigo de uma *técnica*. Portanto, a significação ou o modo de uso de uma palavra, isto é, seu sentido no jogo de linguagem, deve ser encontrado no interior da *práxis*.¹² Da mesma forma, podemos dizer que o substrato da possibilidade de emprego de uma fórmula, regra ou palavra é o domínio de uma “técnica”.

2. O saber das regras

Nos §§143-146 e 185 das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein dá o exemplo do aprendiz que deve dominar a escrita da série de números naturais. Ele domina por si mesmo e autonomamente continua a série que lhe foi pedida. Agora, o instrutor pede que ele continue uma série de numerais a partir da forma “+2n” acima de 1000, supondo o aprendizado da série de números cardinais, e ele escreve: 1000, 1004, 1008, 1012.

Nós lhe dizemos: ‘Veja o que você fez!’ – Ele não nos compreende. Dizemos: ‘Você devia adicionar dois; veja como você começou a série!’ – Ele responde: ‘Sim! Mas não está certo?’ Pensei que era assim que eu *devia* fazê-lo’. – Ou suponha que ele diga, apontando para a série: ‘Mas eu continuei da mesma maneira!’ – De nada nos serviria então dizer: ‘Mas você não vê que...?’ – e repetir-lhe as velhas explicações e os velhos exemplos (PU §185).

Podemos dizer que ele aprendeu a regra equivocadamente? Ou que ele se enganou ao continuar a progressão? Supor que ele devesse escrever 1006 após 1004 nos mostra que não se pode apreender toda a aplicação de súbito, num golpe de vista. O engano do instrutor foi ter antecipado em mente, “a seu modo, todas as passagens”, como se houvesse uma norma a ser partilhada com o aluno simplesmente ao fornecer-lhe a fórmula (PU §188). Ele estava inclinado a admiti-las como dadas, prontas, “como se fossem pré-determinadas, antecipadas, de uma forma *singular* – como só o ter em mente pode antecipar a realidade” (*ibid.*). De acordo com Baker e Hacker (1988, p.224), ele estaria sob a compulsão da regra, isto é, “quando a regra não deixa espaço para fazer escolhas, e segue-se a regra com completa certeza como quem vê o padrão que está presente nela”. Para Wittgenstein é bastante esquisita a ideia de que nos passos futuros já esteja presente o modo de apreender a aplicação da fórmula. A fórmula não fornece um padrão do que é estar de acordo com a regra, fundamentalmente porque a regra não determina “cada passagem de um número para o número seguinte” (PU §189).

¹² Lembremos que *práxis*, aqui, está relacionada ao termo *Abrichtung*, no sentido de “dominar uma técnica”, isto é, de compreender um modo de agir. Cf. §§ 150, 206, *passim*.

Como diz Wittgenstein no §50, a regra é apenas um instrumento da linguagem com a qual fazemos afirmações, com ela não há algo exposto, mas somente um meio de exposição (*Mittel der Darstellung*). Somente se pode pensar que a fórmula “+2” determina o que pode ser dado se supomos ou se já estiver expresso, através de outra formulação de regra (um padrão), a explicação do que ela significa.

Nossas afirmações surgem do modo “como a fórmula é *visada* (*gemeint wird*); [é ele] que determina quais passos são tomados” (PU §190 – grifo nosso). A palavra “visar” está vinculada, aqui, ao termo alemão *Meinen*, ter em mente.¹³ Não está relacionada a nenhum artifício mental ou imagético, mas antes, ao modo de significar que pressupõe necessariamente uma linguagem, um “saber” já implícito na aprendizagem ostensiva. E o critério para saber o que se tem em mente pode ser pensado através do modo como a usamos incessantemente, o modo como nos ensinaram a usá-la, o modo mais natural do meu agir.¹⁴ No entanto, isso não quer dizer que podemos ter em mente a aplicação completa da palavra antes mesmo de aplicá-la, como viemos falando. Nem mesmo, nos conduz a pensar que os passos ou afirmações a serem tomadas são regidos por critérios pessoais, justamente porque o que a compreensão aponta é para esta rede de conformidades que se encontra no contexto e circunstâncias de jogo e que envolvem uma estrutura específica de circunstâncias linguísticas e não linguísticas. Bem entende Norman Malcolm quando diz que,

Seguir uma regra de uso significa apenas utilizar uma expressão como ela [...] é ordinariamente empregada, isto é, tal como é utilizada por todas as pessoas que tomam parte nas atividades nas quais a expressão está inscrita. Também a significação de uma expressão é independente de mim ou de qualquer outra pessoa em particular; e é por isso que eu posso utilizá-la adequadamente ou inadequadamente (MALCOLM, 1989, p.164).

Assim, pensar o conceito ou um jogo de linguagem é pensar sem o amparo de uma característica comum que possa ser partilhada. O único lance que nos é permitido é utilizá-los de uma determinada maneira, numa certa direção.¹⁵ Lembremos aqui que a noção de *semelhança de família* (*Familienähnlichkeiten* - §67) claramente nos diz que o que unifica um conceito não é um traço comum para todos os casos, mas uma familiaridade entre eles, certa semelhança que os atravessam, a simpatia de alguns traços de um com o outro e que, no fim e ao cabo, não há um único traço comum entre o primeiro e o último na cadeia de razões. Não se tem diversos casos um ao lado do outro, todos mantêm, antes, uma teia de relações. “A robustez do fio não consiste em que uma fibra qualquer perpassse toda sua extensão, mas que muitas fibras se sobreponham umas as outras” (PU §67). Pode parecer que ao se recusar o traço comum entre os conceitos recupera-se essa linearidade com uma série distinta de traços estruturados (como a disjunção de identidades parciais), contudo, aqui não há uma posição definida de traços.

¹³ Não analisaremos esse ponto diretamente, mas indicamos o capítulo intitulado “Significação e utilização” da tese de doutoramento do Prof. Balthazar Barbosa Filho para uma ampla discussão do assunto.

¹⁴ Cf. PU §190.

¹⁵ PU §71.

Conclusão

Quando Wittgenstein trata da aprendizagem e definição ostensivas, ele deixa bastante claro que o nível primário de acesso à linguagem e ao sentido, não é aquele em que se dá a definição das palavras e do qual podemos retirar regras explícitas de uso para as expressões. No exemplo do aprendiz, a forma como ele passa de um ponto a outra da série de numerais parece exigir uma nova decisão a cada passada. Para isso seria necessária a pressuposição, a cada vez, de uma interpretação ou conhecimento anterior.¹⁶ Assim, se pensamos na regra que esse aprendiz segue ao propor a sequência de numerais, podemos pensar que apreender a regra é simplesmente “a substituição de uma expressão da regra por outra expressão” (PU §201) – apesar de não se saber em que consiste seguir uma regra para entender o que nos é dito.¹⁷ Isso quer dizer que o próximo passo numa cadeia de razões não é determinado apenas pela formulação da regra, mas primordialmente pela interpretação que se faz dela. Contudo, censura Wittgenstein, se o que o aprendiz escreve na série está sempre de acordo com alguma interpretação, então, é possível concluir daí que, nesse “vale tudo”, as regras não lhe dizem o que deve fazer e, portanto, não há aí algo como “seguir uma regra”. Dito de outro modo, não há passos incorretos e passos corretos quando se segue uma regra pré- definida, já não é o treinamento e o acordo explícito ou tácito de uma comunidade que está em questão, mas ações individuais.¹⁸ Vamos de encontro ao que entende Malcolm quando diz que “o que Wittgenstein não quer significar por ‘interpretação’, é uma ação em concordância com uma regra” (MALCOLM, 1989, p.155). Uma interpretação seguida de outra. Ou seja, se possuímos certa direção ou preceito sobre alguma coisa, por consequência, podemos interpretá-la; como se a ação para o próximo passo fosse posterior ao entendimento de algo; primeiro eu entendo e depois eu ajo.

É nessa direção que se abre nas *Investigações* dois âmbitos de acesso ao sentido: um, que entende a apreensão do sentido de uma expressão através da intuição da essência, independente da prática linguística em que a palavra opera,¹⁹ e outro, que dá acesso à linguagem pelo treinamento (*Abrichtung*). Quando abordamos essa questão pela via da aprendizagem vemos que a aprendizagem pela *Abrichtung* ocorre devido à inserção em uma *práxis* comum, essa inserção é previamente dada, isto é, condição de possibilidade da aprendizagem por definição. A esse primeiro modo de aprendizagem é que chamamos “pré-compreensão”; é somente em meio a uma possibilidade já aberta que se erigem as regras explícitas e definições ostensivas das expressões. Concordamos com Balthazar quando diz que a pré-compreensão é “a modalidade transcendentemente primeira da compreensão e o nascimento para o sentido” (FILHO, B. B. tese de doutoramento, p. 57). A *Abrichtung* surge pela inserção em uma *práxis* ao mesmo tempo em que instaura os jogos de linguagem. É exatamente nessa posição que podemos ver a plasticidade da compreensão, peculiaridade que torna possível, através do treino, a instauração ou organização do sentido. Não há, portanto, limites precisos para a abertura do sentido. Essa falta de limites corre paralelamente à falta de um número definido de jogos de linguagem. Assim, é desde a pré-compreensão que os jogos de linguagem se organizam. Observem também que a fundação aberta por esse nível primário da

¹⁶ Cf. PU §186.

¹⁷ Cf. PU §202.

¹⁸ Cf. PU §202.

¹⁹ Cf. BARBOSA FILHO, B. Tese de doutoramento, p.38.

compreensão não segue aqui a semântica clássica da palavra *Grund*. O que salta aos olhos nas *Investigações* é justamente essa plasticidade característica da pré-compreensão que torna possível (ao bom filósofo) perceber a falta de fundamento de nossas ações. Entendemos que Wittgenstein nos incita nessa obra a pensar a significação ou o modo de organizar o mundo sem raízes ou algo anteposto, mas sim, a pensá-la, pura e simplesmente, enquanto fenômeno, no seu dar-se mais próprio.

É somente desde a pré-compreensão prática do sentido, portanto, que podemos usar ou aplicar uma palavra ou uma regra num determinado jogo de linguagem. Por outro lado, é ela também que conduz à descoberta das regras do jogo, isto é, o agir de acordo com a regra. Quando damos exemplos para explicar um jogo, esperamos que sejam entendidos de certo modo, é esse o resultado aberto pela pré-compreensão, o domínio de onde emerge o sentido.

* * *

Referências

- BAKER, G.P. & HACKER, P.M.S. *Wittgenstein: Rules, Grammar and Necessity*. Oxford: Basil Blackwell, 1988.
- BARBOSA FILHO, B. *Os modos da significação*. Tese de doutoramento (no prelo). Departamento de Filosofia da Universidade de Louvain, Bélgica, 1972.
- MALCOLM, N. *Wittgenstein on language and rules*. Ithaca: Wittgenstein themes, Cornell UP, 1995.
- WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations/Philosophy of Psychology*. Trad. G.E.M. Anscombe, P.M.S. Hacker, Joachim Schulte. Ed. bilíngue. Oxford: Basil Blackwell, 2009.
- _____. *Tractatus logico-philosophicus*. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 2008.
- _____. *Blue and Brown Books*. Oxford: Basil Blackwell, 2008.
- WINCH, Peter. *A idéia de uma ciência social e sua relação com a Filosofia*. São Paulo: Ed. Nacional, 1970.